

Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. –
em recuperação judicial

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. INVESTIMENTO	17
5. IMOBILIZADO	18
6. FORNECEDORES.....	20
7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	20
8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS.....	20
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
10. DESPESAS (RECEITAS)	21
11. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	22
14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	24
15. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	24

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.
Salvador – BA

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

1. Conforme descrito na nota explicativa 1, em 16 de outubro de 2019 foi deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial da Companhia e sua controladora Renova Energia S.A. Em 6 de julho de 2020, a Administração apresentou dois novos planos de recuperação judicial que encontram-se em fase de discussão com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação.
2. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 805 mil no consolidado, e nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados na controladora e no consolidado de R\$ 245.514 mil, prejuízo no exercício de R\$ 619 mil individual e consolidado, e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.321 mil. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada e dúvida quanto à base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. As incertezas significativas acima destacadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia e sua controlada. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia e sua controlada ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Outros assuntos

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Salvador, 30 de outubro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

A handwritten signature in blue ink is positioned below the text of the auditor's firm. The signature is cursive and appears to read 'Shirley Nara S. Silva'.

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A. E CONTROLADA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Outros créditos		10	10	10	10	Fornecedores	6	676	685	665	685
Total do ativo circulante		10	10	10	10	Tributos a recolher		4	27	-	24
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	7	-	-	401	-	Arrendamentos a pagar	5.1	135	-	-	-
Imobilizado	5	382	131.901	-	131.901	Total do passivo circulante		815	712	665	709
Total do ativo não circulante		382	131.901	401	131.901	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social					
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
TOTAL DO ATIVO		392	131.911	411	131.911		9	244.293	376.194	244.293	376.194
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social					
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social					
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(393)	(228)	(160)	(16)
Amortizações	5	(128)	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	5	18	404	18	404
Total	10	(503)	176	(142)	388
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	(422)	(213)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
		(503)	176	(564)	175
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	11	(116)	(49)	(55)	(48)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO					
		(619)	127	(619)	127
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	9.c			(0,0021)	0,0003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(619)	127	(619)	127
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(619)</u>	<u>127</u>	<u>(619)</u>	<u>127</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PATRIMONIO LÍQUIDO NEGATIVO)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) controladora e consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		375.969	(245.122)	130.847
Aumento de capital		225	-	225
Prejuízo do exercício		-	127	127
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>376.194</u>	<u>(244.995)</u>	<u>131.199</u>
Redução de capital	9.2	(131.901)	-	(131.901)
Prejuízo do exercício		-	(619)	(619)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 201	9	<u>244.293</u>	<u>(245.614)</u>	<u>(1.321)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(619)	127	(619)	127
Ajuste para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Amortizações	5	128	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	5	(18)	(404)	(18)	(404)
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	422	213
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	8	199	-	199	-
Juros sobre fornecedores e impostos		(49)	-	(48)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		417	28	46	28
Tributos a recolher		(23)	27	(24)	24
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		35	(222)	(42)	(12)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Partes relacionadas		-	-	(401)	(210)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-	(401)	(210)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital		-	221	-	-
Partes relacionadas		443	-	443	221
Pagamento de passivo de arrendamento	5.1	(478)	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(35)	221	443	221
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	(1)	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	1	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-	-	-
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	(1)	-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, na Rua Barão de Caetité, 393, Centro, foi constituída em 19 de novembro de 2013, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social participar no capital social de outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta e indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$619 (2018, lucro de R\$127), possui prejuízos acumulados de R\$245.614 (2018, R\$244.995), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$655 (2018, R\$699) (Controladora) e R\$805 (2018, R\$702) (Consolidado).

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Renova Energia e determinadas controladas, o que inclui a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido até a realização da Assembleia Geral de Credores, prevista para ocorrer em novembro de 2020.;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia e em 17 de dezembro de 2019 o Grupo Renova protocolou o seu plano de recuperação judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas

durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a controladora Renova Energia celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”) de R\$36.500. Ainda, em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta de financiamento para reinício das obras do seu Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes (nota 15.2).

Conforme divulgado na nota 15.1, em 06 de julho de 2020 a controladora Renova Energia protocolou dois novos planos de recuperação judicial, que encontram-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em novembro de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e sua controlada.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 30 de outubro de 2020, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são

acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua controlada gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 6);
- Transações com partes relacionadas (nota 7).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão

disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e controlada considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)– Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Controlada da Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	<u>Terrenos</u>
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	841
Impactos da taxa de desconto	(137)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	<u>(194)</u>
Ativo de direito de uso	<u><u>510</u></u>
Passivo de arrendamento	<u><u>510</u></u>
Prazo médio contratual (anos)	3

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. A seguir demonstramos os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

Impactos na demonstração do resultado	31/12/2019
Despesa com depreciação e amortização	(128)
Despesas financeiras	(60)
Total - impacto na despesa líquida	<u>(188)</u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$478, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

ICPC 22– Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia e sua controlada consideraram se possuem posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia e sua controlada não serão afetadas por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e

a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”). A seguir a descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

4. INVESTIMENTO

A Companhia possui 99,99% de participação no capital social da Ventos de São Cristóvão, sociedade que tem como objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, e implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos, a qual foi adquirida em 8 de maio de 2015. A controlada encontra-se com suas atividades paralisadas, e suas principais informações encontram-se demonstradas a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Patrimônio líquido negativo</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	<u>(425)</u>	<u>(3)</u>

4.1. Movimentação da provisão para perdas com investimentos:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1)
Adição	211
Equivalência patrimonial	<u>(213)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(3)
Equivalência patrimonial	<u>(422)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>(425)</u>

4.2. Informações contábeis da controlada

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações contábeis da Ventos de São Cristóvão:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018
NÃO CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Imobilizado	382	-	Fornecedores	12	-
			Impostos a recolher	4	3
			Arrendamentos a pagar	135	-
			Total dos passivos circulantes	151	3
			NÃO CIRCULANTES		
			Arrendamentos a pagar	255	-
			Partes relacionadas	401	-
			Total dos passivos circulantes	656	-
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(425)	(3)
TOTAL DO ATIVO	382	-	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	382	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas gerais e administrativas	(234)	(213)
Despesas com amortização	(127)	-
Resultado financeiro	(61)	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(422)	(214)

5. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	31/12/2017	Reclassificações entre rubricas ¹	31/12/2018	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Redução de Capital	31/12/2019
Imobilizado em curso							
A ratear	179.623	(404)	179.219	-	(18)	-	179.201
Terrenos	136	-	136	-	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	135	-	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	131.901	-	131.901	-	-	(131.901)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.894)	404	(179.490)	-	18	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	131.901	-	131.901	-	-	(131.901)	-
Direito de uso							
Contratos de arrendamento	-	-	-	510	-	-	510
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	-	-	(128)	-	-	(128)
Total do direito de uso	-	-	-	382	-	-	382
Total do imobilizado	131.901	-	131.901	382	-	(131.901)	382

CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A. E CONTROLADA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Controladora						Saldos em 31/12/2019
	31/12/2017	Reclassificações entre rubricas ¹	31/12/2018	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Redução de Capital	
Imobilizado em curso							
A ratear	164.379	(404)	163.975	-	(18)	-	163.957
Terrenos	136	-	136	-	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	135	-	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	131.901	-	131.901	-	-	(131.901)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(164.650)	404	(164.246)	-	18	-	(164.228)
Total do imobilizado	<u>131.901</u>	<u>-</u>	<u>131.901</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(131.901)</u>	<u>-</u>

Nota: efeito da conciliação de fornecedores no período e consequente ajuste na provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com obras civis, subestações e gastos diversos para desenvolvimento do projeto.

Em 21 de maio de 2019, foi aprovada a redução de capital da Companhia, mediante a cessão dos créditos detidos contra o fornecedor Alstom Energias Renováveis Ltda., no montante de R\$131.901, anteriormente reconhecidos na rubrica de adiantamento a fornecedor, no imobilizado em curso (nota 9.b).

A Companhia e sua controlada mantem a provisão para perdas por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$179.472, considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

5.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Controlada identificou 62 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/12/2019		31/12/2019
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Direito de uso do ativo arrendado	510	Arrendamentos a pagar	179
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(128)	(-) Juros a apropriar	(44)
	<u>382</u>	Total do passivo circulante	<u>135</u>
		Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	289
		(-) Juros a apropriar	(33)
		Total do passivo não circulante	<u>256</u>
Ativo total	<u>382</u>	Passivo total	<u>391</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da controladora Renova Energia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesa	
Amortização direito de uso	(128)
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(60)</u>
Total	<u><u>(188)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	44	178
2021	25	169
2022	<u>8</u>	<u>121</u>
Total	<u><u>77</u></u>	<u><u>468</u></u>

6. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores referem-se a valores de negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia e sua controlada atualizaram seus passivos, com fornecedores provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>		
Renova Energia S.A.	-	443
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	401	-

Refere-se recurso aportado pela Renova Energia na Companhia e aportado pela Companhia na controlada Ventos de São Cristóvão e que deverão ser capitalizados quando da aprovação do plano de recuperação judicial.

8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu provisão no montante de R\$199 relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento de obrigações contratuais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, considerando que grande parte do valor devido já foi reconhecida no contas a pagar da Companhia.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$244.293 (2018, R\$376.194) e está dividido em 244.293.570 (2018, 376.194.388) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Redução de capital

Em 21 de maio de 2019, foi aprovada a redução de capital da Companhia, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A, dos atuais R\$376.194 para R\$244.293, sendo uma redução de R\$131.901, com o correspondente cancelamento de 131.900.818 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

c) Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui transações com efeitos dilutivos sobre as ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(619)	127
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>295.247</u>	<u>376.098</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,0021)</u>	<u>0,0003</u>

10. DESPESAS (RECEITAS)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Serviços de terceiros ¹	(44)	-	(44)	-
Arrendamentos	194	211	-	-
Impostos e taxas	51	17	12	16
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 8)	192	-	192	-
Total	<u>393</u>	<u>228</u>	<u>160</u>	<u>16</u>
<u>Amortizações (nota 5)</u>	128	-	-	-
<u>Reversão redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 5)</u>	(18)	(404)	(18)	(404)
Total	<u>503</u>	<u>(176)</u>	<u>142</u>	<u>(388)</u>

1. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolsos de caixa futuros para liquidação das mesmas.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre fornecedores e impostos	(49)	(48)	(48)	(48)
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 5.1)	(60)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(7)	(1)	(7)	-
Total das despesas financeiras	<u>(116)</u>	<u>(49)</u>	<u>(55)</u>	<u>(48)</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos em função da ausência de expectativa de geração de lucro tributável futuro, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal do exercício	(21)	(16)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(54)</u>	<u>(37)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(75)</u>	<u>(54)</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	676	685	676	685
Não circulantes				
Partes relacionadas	443	-	443	-
	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Não circulantes				
Partes relacionadas	401	-	401	-
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	640	685	640	685
Não circulantes				
Partes relacionadas	443	-	443	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019		31/12/2018
	Custo amortizado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Não circulantes					
Partes relacionadas	-	-	401	-	-
Passivos Financeiros					
Circulantes					
Fornecedores	676	685	-	665	685
Não circulantes					
Partes relacionadas	443	-	-	443	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos de suas obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo no exercício e possui prejuízos acumulados relevantes, e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na nota 1 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Estorno provisão imobilizado x fornecedor	5	(18)	(404)	(18)	(404)
Direito de uso - Arrendamento	5	510	-	-	-
Redução de capital com entrega do ativo imobilizado	5, 9.b	(131.901)	-	(131.901)	-
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital		-	4	-	4
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		-	-	-	213

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1 Processo de recuperação judicial

A controladora Renova Energia e a Companhia protocolaram em 06 de julho de 2020 dois novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente as empresas do Complexo Alto Sertão III- Fase A, do qual a Companhia faz parte, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais empresas controladas em recuperação judicial. O plano de recuperação judicial está sujeito a aprovação da Assembleia Geral de Credores prevista para ser realizada em novembro de 2020.

15.2 Oferta de financiamento

Conforme Fato Relevante divulgado em 27 de agosto de 2020, a controladora Renova Energia recebeu da Quadra Gestão de Recursos Ltda. e do sindicato constituído pela ARC Capital Ltda., G5 Administradora de Recursos Ltda., e XP Vista Asset Management Ltda. duas novas ofertas de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes do Grupo Renova.

Em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta realizada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda. de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) de até R\$ 350.000, cujas condições precedentes incluem a aprovação na Assembleia Geral de Credores no âmbito do Processo de Recuperação Judicial em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, conforme Fato Relevante divulgado em 08 de setembro de 2020.

A controladora Renova Energia se comprometeu com um período de exclusividade para a negociação satisfatória dos documentos da transação entre as partes. A transação faz parte da estratégia do Grupo Renova para o seu saudável soerguimento e cumprimento do seu

plano de reestruturação, destinando os recursos obtidos com a transação especialmente para o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

15.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia e sua controlada estão acompanhando os impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
